

**Contraproposta da Petrobrás não atende principais reivindicações**

# Rejeição e mobilização!

**Empresa consolida ICV/DIEESE para ativa e aposentados, mas nega aumento real e demais bandeiras de luta. FUP indica rejeição da contraproposta e mobilização nesta quinta (23) para fazer direção da Petrobrás avançar**

A Petrobrás e REFAP apresentaram nesta segunda-feira (20) à FUP e sindicatos contraproposta que responde apenas parte da reivindicação econômica dos petroleiros. A empresa consolida o ICV/DIEESE para a ativa e aposentados, mas não atende à reivindicação de aumento real, que vem sendo conquistada pela maioria das categorias em campanha, inclusive trabalhadores do setor público, como foi o caso dos Correios e da proposta apresentada aos bancários.

A Petrobrás também mantém as discriminações entre novos e antigos, propondo apenas uma melhoria no quinquênio, através da criação de um adicional com indenização progressiva a partir do segundo ano de permanência na empresa. Esta alteração, assim como o pagamento das férias integrais, continuam mantidos em um termo aditivo ao ACT.

Nenhuma proposta em relação à Petros foi apresentada pela Petrobrás, que alega estar concluindo os "estudos e proposições para o equacionamento e aprovação de soluções para as questões referentes ao Plano Petros e irá apresentá-las no processo da mesa de negociação do ACT", conforme informa na carta de encaminhamento da contraproposta.

A Petrobrás também não atende às reivindicações referentes à anistia, gestão da AMS, primeirização das atividades permanentes, mudanças na política de SMS, ampliação dos benefícios educacionais, entre outras reivindicações dos petroleiros.

**Recuo no plano de cargos** - A Petrobrás que na mesa de negociação havia reconhecido a necessidade de

construir um novo plano de cargos e salários, recuou em sua proposta, propondo apenas a criação de um fórum corporativo para debater mudanças no atual plano.

**Reflexos dos dias parados** - A Petrobrás insiste em tratar no âmbito do acordo coletivo esta questão, que já foi definida no acordo da PLR 2003. A empresa cumpre o acordo no que diz respeito aos aposentados e ex-empregados, mas mantém o pagamento das férias em até 24 meses. A FUP já deixou claro que não aceitará a manobra da Petrobrás de querer capitalizar nesta campanha uma conquista dos trabalhadores que já foi acordada em julho, cabendo à empresa apenas cumpri-la.

**Transpetro** - A subsidiária apresentará nesta terça-feira (21) a contraproposta aos trabalhadores.

**Assembléias** - A FUP indica aos sindicatos que realizem assembléias a partir desta terça-feira (21), com os

seguintes indicativos:

- Rejeição da contraproposta;
- Mobilizações na quinta-feira (23), com atrasos de duas horas no expediente para pressionar a direção da Petrobrás a avançar na negociação e sensibilizar os ministros do STF que estarão neste dia julgando a ADIN que contesta os leilões das áreas petrolíferas (veja matéria abaixo).

**Próximos encaminhamentos** - A direção da FUP estará reunida quinta-feira (23) em Brasília (quando acompanhará o julgamento da ADIN) para definir os próximos encaminhamentos da campanha reivindicatória. É importante que a categoria esteja mobilizada para pressionar a direção da Petrobrás a apresentar uma nova contraproposta que contemple as principais reivindicações dos trabalhadores. É com mobilização que faremos a empresa avançar no processo de negociação. Vamos à luta, companheiros!

---

**Consulte na página da FUP a íntegra da contraproposta da Petrobrás**

---

## **Petroleiros mobilizados! ADIN que contesta leilões da ANP será julgada nesta quinta**

A FUP convocou todos os sindicatos a enviarem representantes a Brasília nesta quinta-feira (23), quando o STF irá julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a Lei do Petróleo (9.478/97), que contesta, entre outras coisas, os leilões de áreas petrolíferas realizados pela ANP. A Federação indicou também atrasos de duas horas no expediente em todas as unidades da Petrobrás. A ADIN, impetrada pelo governo do Paraná, foi reforçada pela FUP, que ingressou no processo na condição de *amici curiae* (amigos da causa).

No último dia 16, os ministros do STF reconheceram a legitimidade do governo do Paraná em contestar a Lei do Petróleo. O ministro Carlos Ayres Britto, relator da ADIN, referendou o seu voto favorável à liminar que suspende a 6ª licitação, justificando que os contratos serão assinados até dezembro. O procurador da república, Cláudio Fonteneles, deu parecer contrário e suspendeu o julgamento da liminar, após o plenário do STF decidir que irá se pronunciar diretamente sobre o mérito da Ação, em julgamento remarcado para o dia 23.

# FUP convoca Congresso Extraordinário em novembro para deliberar sobre Petros

Em cumprimento à deliberação do X CONFUP, a FUP realizará entre os dias 05 e 07 de novembro o seu primeiro Congresso Nacional Extraordinário, que terá como tema dos debates e deliberações todas as questões relacionadas às gestões do Plano Petros e da Fundação Petros. O Congresso será realizado no SESC de Belo Horizonte.

**O por quê do Congresso** - Há praticamente dez anos, os conselheiros eleitos pelos trabalhadores vêm denunciando os problemas da Petros. Problemas complexos que demandam debates técnicos e políticos de forma ampla e aprofundada. O objetivo deste Congresso Extraordinário é apontar encaminhamentos que busquem resolver definitivamente questões relacio-

nadas ao estatuto e ao regulamento da Petros; aos déficits do Plano Petros; às mudanças da legislação e as devidas adaptações à nova Lei; ao acordo dos títulos públicos feito no governo FHC; aos problemas relacionados à separação de massas, entre tantas outras questões que precisam de um posicionamento da categoria.

**Escolha de delegados** - Os critérios para participação no Congresso Extraordinário obedecem ao artigo 14 do Estatuto da FUP, que foi alterado no último CONFUP. O sindicatos deverão realizar assembléias de 04 a 15 de outubro para eleição dos delegados. De 19 a 29/10, haverá plenárias ou congressos regionais para discutir as questões da Petros.

## Todo apoio à greve dos bancários!

Após assembléias realizadas na semana passada, os bancários entraram em greve por tempo indeterminado em várias cidades do país. A categoria rejeitou a proposta da FENABAN de 8,5% de reajuste e R\$ 30 fixos para quem recebe até R\$ 1.500. Mesmo tendo feito os bancos avançarem, ao garantirem pela primeira vez aumento real para os setores público e privado, os bancários não abrem mão dos 25% reivindicados (reposição da inflação e aumento real).

A categoria também quer garantia no emprego, maior participação nos

lucros e resultados, ampliação do horário de atendimento ao público, entre outras reivindicações. Só neste primeiro semestre, os banqueiros lucraram mais de R\$ 8 bilhões!

A CNB/CUT solicitou à FENABAN a reabertura das negociações e está fazendo gestões junto ao governo neste sentido. A Confederação também tem denunciando à OIT as truculências cometidas pelos bancos, principalmente os privados, para forçarem os bancários a retornarem ao trabalho, utilizando-se de instrumentos jurídicos e da polícia para abrir as agências.

## Halliburton apresenta proposta na mesa

Em reuniões com a FUP e os sindicatos nos dias 9 e 16 deste mês, a Halliburton aceitou praticar o piso de R\$ 600, propôs reajuste de 6% retroativo a maio (o ICV/DIEESE acumulado entre 05/03 e 04/04 é de 4,36%) e concordou em discutir planos de previdência complementar e de cargos e salários para os trabalhadores. A empresa também aceita pagar o sobreaviso, conforme a Lei 5.811/72; eleva o tíquete-refeição para R\$ 14,00; e quanto às horas extras, propõe remunerar as duas primeiras horas a 50% e as demais a 100%.

A Halliburton afirma que cumpre o

regime de trabalho estabelecido por lei para as atividades offshore. Quanto ao pessoal de terra, a empresa continua praticando 3x1, mas informou que está adequando o regime, através da contratação de novos trabalhadores para as áreas de operação.

**PLR** - A empresa propõe distribuir 2,7% do lucro líquido, limitados a 1,5 salário, sendo que 0,5% do lucro será distribuído de forma linear. A FUP e os sindicatos estão aguardando a formalização da proposta integral do ACT para submetê-la à categoria com os devidos indicativos.

## FIQUE DE OLHO

### **Anistia dos demitidos no Governo Collor: atenção aos prazos**

Os trabalhadores contemplados pela Lei 8.879/94 que tiveram seus processos de anistia prejudicados por atos administrativos do governo FHC têm até esta sexta-feira (24/09) para requerer a revisão, como determina o decreto presidencial 5.115, editado em 24 de junho deste ano. O decreto institui a Comissão Especial Interministerial para rever os atos administrativos de FHC. Os requerimentos devem ser protocolados até o dia 24 em qualquer órgão de Recursos Humanos da Administração Pública Federal. Os companheiros demitidos das ex-subsidiárias da Petrobrás estão se organizando através do MOPEDE (Movimento dos Petroquímicos Demitidos), que tem uma sala no Sindipetro-Caxias (21) 2772-2929. Informações sobre o decreto 5.115 podem ser obtidas na Secretaria de RH do Ministério do Planejamento (61) 313-1555 ou (61) 313-1114, em Brasília.

### **Proposta da CUT para salário mínimo será debatida pelo governo**

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, aceitou iniciar em outubro um amplo debate sobre a política de recomposição do salário mínimo. A proposta da CUT apresentada ao governo no início do ano dará o pontapé inicial aos debates. A Central quer que o valor nominal do mínimo dobre em quatro anos e que o governo adote uma política de recomposição do salário ao longo dos anos - hoje seu valor real seria de R\$ 1.596,11, segundo o DIEESE.

### **FSM reunirá 150 mil**

A expectativa do V Fórum Social Mundial é de reunir pelos menos 150 mil pessoas em Porto Alegre, entre os 26 e 31 de janeiro de 2005. Assim como fizeram este ano em Mumbai, na Índia, os organizadores do evento pretendem ampliar o acesso dos participantes, diversificando as atividades por vários locais de Porto Alegre. [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)